



Mulheres Camponesas, e, Feministas?

Isaura Isabel Conte*

E, agora, o que querem estas mulheres? São tão ousadas que, desavergonhadamente, se assumem feministas, e, se não bastasse isto, afirmam suas convicções sobre o campesinato. Não seria no mínimo, contraditório?

Feminismo e campesinato são temas carregados de contradições em si e entre si. Para GEBARA (2001), o patriarcado¹ se encarregou de construir uma identidade subalterna nas mulheres e por isso o desafio do feminismo é de colocá-las em equiparidade com os homens. Já MÉSZÁROS (2002), afirma que a igualdade entre homens e mulheres não é possível pelo fato de que se vive numa sociedade capitalista, então, como afirmá-la sobre a base do campesinato brasileiro, que, segundo RIBEIRO (1995), violentou as mulheres?

Eis a tentativa de reflexão: afirma-se o campesinato, pela relação que as mulheres camponesas possuem com a terra e com a unidade de produção em que se encontram inseridas, pois, daí provém o seu sustento. Para CARVALHO (2005), ao contrário do agronegócio, o campesinato deve, obrigatoriamente, compreender o campo com as pessoas que nele vivem e estabelecem ou estão em vínculos entre si. Logo, dá para misturar feminismo e campesinato!

Conforme RIBEIRO (1995) desde a invasão do Brasil², o modelo de agricultura imposto privilegiava a exportação à base do trabalho escravo dos indígenas, inclusive com a prática social do cunhadismo³. Diante disso, pode-se constatar que, tanto o modelo camponês de produção, quanto a liberdade das mulheres era algo não cogitado, tampouco permitido, justamente pela ação do

* É graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e dirigente do Movimento de Mulheres Camponesas (RS). isauraconte@yahoo.com.br

¹ O patriarcado trás implícita a noção de relações hierarquizadas entre os seres com poderes desiguais. É ele que trás as ferramentas explicativas para as desigualdades transformadas em subordinação das mulheres. RICHARTZ (2004), apud SAFIOTTI (2001).

² Em 1500 ou anterior a esta data.

³ Segundo Ribeiro, o cunhadismo foi a prática social vigente no país em formação, que consistia na presa à marra de mulheres índias, por parte dos invasores, para procriação. Com isto, toda a cunhadagem passava a trabalhar e servir os brancos. Cada homem branco tinha o máximo de mulheres que pudesse.

patrivalismo⁴. Mesmo antes da invasão do Brasil, constata-se que as indígenas tinham uma liberdade restringida com relação aos homens. Em muitas tribos, o adultério considerado pela formação jesuítica católica, acarretava em punição até de morte às mulheres, ao passo que, isentava os homens. São poucas escritas sobre os indígenas e a produção camponesa, e, mais rara, ainda, é a alusão às mulheres indígenas como trabalhadoras. Ao longo da história elas não aparecem como agricultoras e sim como libidinosas, sujas, tentadoras dos homens brancos...

Pode-se afirmar que uma segunda forma de escravidão, além da indígena, no país, se dá com a importação de negros e negras, trazidos à força, sendo que esse ciclo dura até o século XIX. Com a escravidão cada vez mais brutalizadora, uma das formas de resistência negra, foi a fuga para a formação dos Quilombos. Ali, se praticava, também, a agricultura da diversidade, e, sendo assim, tem-se outro jeito de atividade camponesa, onde na maioria das vezes a propriedade era coletiva.

Até então a produção agrícola dos quilombolas nunca foi reconhecida, como uma forma de campesinato no Brasil. Discordo desse pensamento e afirmo que foi campesinato, sim, mesmo que marginalizado⁵. Nos quilombos, como haviam poucas mulheres com relação aos homens, a obrigação da grande maioria delas, era, também, servir sexualmente a muitos homens. Alguns autores falam em solidariedade, mas, pouco ou quase nada se ouviu por parte delas.

Com a chegada dos imigrantes europeus, no final do século XVIII até meados do século XIX, sobretudo, estabeleceu-se a política de que estes futuros camponeses, passassem a receber parcelas de terras, sementes e ferramentas, além de uma ajuda em dinheiro por parte do governo. Com isso, há continuidade de um campesinato feito de muito trabalho e, principalmente, boas parideiras, submissas e caladas, com um adendo: negadas e proibidas de sentir prazer.

Obviamente que a miscigenação entre os imigrantes e o povo que já estava no país, anteriormente, possibilitou acréscimos dos jeitos de praticar a

⁴ Que segundo MURARO (2001) surge entre 10.000 a 20.000 anos atrás, onde as mulheres, de forma geral, são subordinadas aos homens – período em que se dá a ocupação da América latina, conforme MAESTRI (2001)

⁵ Porque, oficialmente, não é reconhecido pelos principais estudiosos do tema. No entanto, há de se reconhecer que pelo tipo de relação estabelecida entre as pessoas e com a natureza, desde então contrapunha o modelo

agricultura bem como a diversidade de espécies a serem cultivadas, e, conseqüentemente consumidas. PINHEIRO (2005), afirma que até a década de 1970 eram consumidas mais de 35 espécies diferentes de plantas que serviam como alimento. Diante disso, não há nenhuma ressalva em afirmar que as mulheres eram as maiores responsáveis pelas técnicas de armazenamento e industrialização desses alimentos, além da produção dos mesmos para consumo.

Outra afirmação, sem melindres, que pode ser feita é que, apesar da função das mulheres camponesas como geradoras de mão-de-obra, elas realizavam, também, o trabalho na roça e as tarefas domésticas de lavar, cozinhar, tecer, remendar, fazer remédios, cuidar dos pequenos animais e horta, etc... Conforme FARIA e NOBRE (2003), as mulheres assumiam jornada tripla de trabalho, inclusive, as tarefas inerentes a reprodução, as quais não são consideradas trabalho.

Antes da década de 1950, as mulheres camponesas jamais sonhavam com o feminismo por mais que o jugo do mando masculino era muito pesado. Criar uma filha e saber que o marido teria o direito de bater nela, era praticamente natural, inclusive entre as mulheres. Para as camponesas não havia alternativa a não ser se casar e agüentar a situação imposta. A grande maioria delas eram analfabetas, pois, a educação pública, até a década de 1950, segundo PALUDO (2001), ainda não era realidade na maior parte das cidades do Brasil, deveras no campo.

A Igreja, em grande parte, se encarregava de pregar, abertamente, a submissão e a obediência da mulher com relação ao homem. Mulheres não eram consideradas como seres com capacidade de pensamento/reflexão. Da década de 1940 para 1950, a mesma revolta dos que quase nada possuíam, levou a formação das Ligas Camponesas no nordeste, e também, apareceu a primeira mulher feminista, às escondidas no Brasil⁶.

Na década de 1950 para 1960, enquanto os militares ensaiavam o golpe de estado, a situação das mulheres camponesas não mudara muito com relação a opressão patriarcal. No máximo, se ensaiava em falar em gênero na

agrícola de exportação e capitalista.

⁶ Trata-se de Bety Fridmann, a temida feminista, que viria a propagar que as mulheres têm direitos, que não devem aceitar a consideração de que são menos pelo fato de serem do sexo feminino, conforme Muraro em: Os Seis Meses que Fui Homem.

tentativa de colocar as mulheres em cenário, ainda não de poder, mas de alguns direitos. É aí, segundo FREI BETTO (2001), na década de 1970 em diante, que nasce um feminismo como reivindicação de cidadania, e, também, direito a autonomia sobre seus corpos e ao prazer (sexual).

Na década de 1980, quando cai de podre a ditadura militar no Brasil, se volta a falar em direitos sociais, direitos das mulheres, reforma agrária... Eclode a voz das chamadas minorias, e, dentre elas, as mulheres. Os avanços vão se dando aos poucos e elas passaram de não aceitarem ser tão menos a não aceitarem ser nada menos, sendo que, isso começou a intrigar a estrutura patriarcal. O que é isso, agora, que as mulheres estão dizendo!!! querem perturbar a paz que reinara até então?!

Questiona-se: a que custo se firmou e se estabeleceu o campesinato? Sabe-se, também, que o massacre sobre as mulheres não provém do campesinato em si, mas, do patriarcado que encontra um campo fértil de conservadorismo e desinformação no campesinato.

A palavra feminismo em si é provocadora porque evoca as Mulheres, e, o poder delas que grita por reapropriação; ocupação de espaço que é seu e que no momento está ocupado por outro⁷.

Da década de 1990 para cá, em pleno neoliberalismo e processo globalizante e hegemônico do capital, incidindo sobre as pessoas, surge a era da informática, virtualidade, mercantilização, blocos econômicos e grupos transnacionais como controladores da produção e do trabalho. Os agrotóxicos passam a substituir grande parte da mão-de-obra no campo, mas precariza as condições de saúde dos trabalhadores e trabalhadoras. As informações chegam com uma rapidez maior, inclusive no campo, mas a palavra feminismo ainda soa mal aos ouvidos de grande parte da população, entretanto, já há várias organizações de grupos feministas, que clamam direitos, inclusive em nome da diversidade.

Pelo que se sabe, em 2004, as mulheres camponesas já organizadas, oficializam o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, e o afirmam como Movimento camponês e feminista. Eis o desafio de lutar pela existência do campesinato como condição de vivência e cultura, desde que: negue todas as formas de violências incrustadas nele, na perspectiva de serem sujeito de

suas vidas, com direito á felicidade, respeito, onde não sejam consideradas menos que ninguém, tampouco, sobrecarregadas de trabalho e negadas de prazeres.

Contudo, está aí o grande desafio da contribuição do feminismo para a construção de uma nova forma de campesinato, rumo ao verdadeiro Socialismo, com equipariade, onde as questões das mulheres não sejam tratadas como coisas secundárias.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Horácio Martins de. O Campesinato no Século XXI. Petrópolis SP: Vozes, 2005.

FARIA, Nalu e NOBRE, Mirian (Org). A produção do Viver. SP: SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2003.

FREI BETTO. A Marca do Batom. São Paulo, 2001.

GEBARA, Ivone. Cultura e Relações de Gênero. SP: Cepis, 2001.

MAESTRI, Mário. Uma História do Rio Grande do Sul. A ocupação do território. Passo Fundo: UPF, 2000.

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. SP: Boitempo, 2002.

MMC BRASIL. Textos internos: Brasília, mar. 2004.

MURARO, Rose Marie. Os Seis Meses em que fui Homem. 7^a ed. RJ: Rosa dos Tempos, 2001.

PALUDO, Conceição. Educação Popular em Busca de Alternativas: Uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PINHEIRO, Sebastião. A Máfia dos Alimentos no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil. SP: Companhia das Letras, 2002.

RICHATZ, Teresinha apud Safiotti H. Conceituando Gênero e Patriarcado. SP: PUC, 2004.